

As lições a extrair JORNAL DA TAPPI 23 SET 1985 do Dia D da educação

Por sugestão e inspiração do Ministério da Educação, 30 milhões de pessoas, entre pedagogos, alunos, pais de alunos e professores do 1º grau, estiveram reunidas nesta última quarta-feira para debater os problemas do ensino primário em todo o País. Foi o Dia D da educação brasileira — um projeto especialmente concebido para promover a integração entre a comunidade e as autoridades federais num esforço comum destinado a encontrar fórmulas mais eficazes para a melhoria qualitativa de nosso sistema educacional.

Tal idéia, tendo em vista seus objetivos imediatos, merece ser duplamente louvada. De um lado, porque o governo procurou dialogar diretamente com os principais interessados na resolução dos problemas de ensino, recusando de maneira hábil e delicada as "sugestões" e os palpites que lhes têm sido apresentados pelas entidades pretensamente representativas dos interesses docentes e comunitários do setor. A maioria delas, como é sabido, vive hoje um período de intensa politização, tal a cobiça dos movimentos partidários de tendência totalitária, interessados em transformá-las em simples massa de manobra.

De outro lado, a iniciativa governamental deve ser elogiada porque propiciou a seus técnicos uma excelente oportunidade para ver, sentir e avaliar, com clareza e objetividade, a enorme distância hoje existente entre planos oficiais muitas vezes ambiciosos e utópicos e uma inquietante realidade profundamente estigmatizada pelos paradoxos, contrastes e discrepâncias. De fato, como revelaram os jornais e as televisões, o nível qualitativo do ensino primário nacional é precaríssimo — alguns professores entrevistados, por exemplo, tiveram grandes dificuldades para articular frases inteligíveis e lógicas a respeito de seus próprios problemas funcionais, enquanto outros mostraram que não dispõem de condições mínimas para o desempenho de suas tarefas.

Portanto, por maiores que sejam os obstáculos para se coletar, tabular e interpretar as informações levantadas nas mais variadas regiões do País, por meio do projeto Dia D, o Ministério da Educação conta agora com um excelente material para a reformulação de seus programas de alfabetização e formação primária das crianças na faixa de sete a dez anos. Uma das conclusões a que se pode chegar, evidentemente, é a de que as diferenças de estágio econômico e desenvolvimento cultural entre os Municípios e os Estados da Federação tornam ineqüível a elaboração de projetos uniformes e padronizados para toda a rede de ensino de 1º grau.

Em virtude das diversidades regionais num país de dimensões continentais, por isso mesmo, é necessário que o governo federal de agora em diante seja capaz de orientar a formulação de programas diferenciados de educação, estimulando as administrações municipais e estaduais a definirem seus planos e métodos escolares em função das exigências locais. Isso significa, em outras palavras, que a descentralização da política educacional se tornou condição absolutamente obrigatória para sua eficácia. Significa, ainda, que a ação governamental centralizadora dos últimos 20 anos fracassou fragorosamente — e não é por simples acaso que o número de analfabetos adultos em todo o Brasil, apesar do que já foi gasto pelo Mobral, é o equivalente à soma das populações de Minas Gerais e do Estado do Rio de Janeiro.

Esta conclusão, por si só, justifica o projeto do Dia D da educação nacional. Mesmo porque o que ela nos mostra é a inviabilidade e a ineficiência dos mecanismos de planejamento único, como se o Estado tivesse o poder mágico de administrar com eficiência todos os problemas que centraliza em suas mãos. A evidência empírica do fracasso da política educacional adotada nos últimos 20 anos é, sem dúvida alguma, um exemplo que poderia servir de objeto de reflexão para todas as demais áreas da administração pública nacional — especialmente naquelas onde imperam, no ethos cultural de nossa tecnocracia, as falácias da estatização e do monopólio governamental.

Já dedicamos muito espaço, nestas colunas, para chamar atenção tanto de nossos leitores quanto de nossas próprias autoridades para a importância da descentralização administrativa. Já publicamos inúmeros editoriais mostrando quer as ilusões quanto à eficácia do planejamento central, quer os equívocos daqueles que acreditam na supressão de nossas estruturas federativas. E o que as conclusões do projeto Dia D da educação nos mostram é que nenhum projeto elaborado nos gabinetes refrigerados de Brasília será dotado de um mínimo de eficácia se seus valores e seus procedimentos não forem aceitos como válidos pelos destinatários, ou seja: as autoridades locais, o próprio professorado e os alunos.

Como a melhoria qualitativa de nossos recursos humanos constitui a base fundamental de nosso progresso econômico e de nosso desenvolvimento político, a experiência da semana passada forneceu um excelente motivo para uma reflexão mais profunda não apenas sobre a necessidade de se aprimorar qualitativamente o ensino de 1º grau, cuja deficiência é um dos grandes problemas nacionais, mas, principalmente, sobre as vantagens de se descentralizar a administração pública. Vamos esperar que essa reflexão produza resultados concretos e, mais do que isso, que também seja levada a sério pelos demais setores da máquina estatal federal.